45

ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS





45

ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

ANÁLISE DAS EMPRESAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

AGO. 2020





Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2018, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caraterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período compreendido entre dezembro de 2014 e dezembro de 2019.

Sumário

Neste estudo, o Banco de Portugal analisa as empresas com sede na Região Autónoma da Madeira.

Em 2018, estavam sediadas na Região Autónoma da Madeira 11 mil empresas, as quais representavam 2,4% do total das empresas em atividade em Portugal e eram responsáveis por 1,7% do volume de negócios (6,5 mil milhões de euros) e 1,9% das pessoas ao serviço (59 mil pessoas).

Os serviços (comércio e outros serviços) representavam, em conjunto, 82% das empresas e do volume de negócios da região e 77% das pessoas ao serviço (75%, 61% e 64% no total das empresas, respetivamente). As atividades ligadas aos outros serviços detinham o maior peso: agregavam 59% das empresas da região, 48% do volume de negócios e 58% das pessoas ao serviço (51%, 24% e 43% no total das empresas, respetivamente). Destacavam-se as atividades ligadas ao alojamento, restauração e similares, que agregavam 17% das empresas da região e 23% das pessoas ao serviço, bem como as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, responsáveis por 17% do volume de negócios.

Em 2018, 89% das empresas sediadas na Região Autónoma da Madeira eram microempresas, percentagem semelhante à registada no total das empresas. No entanto, as pequenas e médias empresas, representativas de 10% das empresas da região, agregavam as maiores parcelas do volume de negócios (53%) e das pessoas ao serviço (51%).

Por classes de maturidade, as empresas com menos de 10 anos representavam 53% das empresas da região, valor semelhante ao registado para o total das empresas (55%). O peso das empresas com maturidades entre 11 e 20 anos era maior na Região Autónoma da Madeira e correspondia a 30% das empresas aí sediadas, valor acima dos 24% registados no total das empresas.

Na Região Autónoma da Madeira, em 2018, 7% das empresas realizaram exportações e 5% integraram o setor exportador. Cerca de 35% do volume de negócios foi gerado por empresas ligadas ao setor exportador, percentagem similar à registada no total das empresas. Destacavam-se, neste âmbito, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos. As exportações do conjunto das empresas da Região Autónoma da Madeira representaram 34% do volume de negócios da região, peso superior ao observado no total das empresas (21%). Entre 2014 e 2018, apesar de o peso do setor exportador ter aumentado 2 pp na estrutura empresarial da região, o volume de negócios gerado por empresas ligadas ao setor exportador diminuiu 14 pp.

O crescimento do número de empresas em atividade entre 2017 e 2018 foi de 1,3%, valor inferior ao observado para o total das empresas (3,1%), pelo terceiro ano consecutivo.

O volume de negócios das empresas da Região Autónoma da Madeira aumentou 4,7% em 2018, crescimento inferior ao registado pelo total das empresas (6,5%). Esta subida esteve associada, essencialmente, a vendas e prestações de serviços dirigidas ao mercado interno. Ainda assim, as exportações também contribuíram para o aumento do volume de negócios agregado das empresas da região, situação verificada pelo segundo ano consecutivo.

Os gastos da atividade operacional aumentaram 6% na Região Autónoma da Madeira entre 2017 e 2018. O CMVMC constituía a principal componente dos gastos da atividade operacional na região (46%). Os fornecimentos e serviços externos (FSE) assumiam um peso superior (37%) ao registado no total das empresas (25%). A expressividade dos gastos com o pessoal (18%) era semelhante ao registado no total das empresas (16%).

O EBITDA das empresas com sede na região aumentou 2% em 2018, subida similar à registada no total das empresas. A rendibilidade dos capitais próprios ascendeu a 8%, valor igualmente semelhante ao registado no total das empresas.

Em 2018, a autonomia financeira agregada das empresas com sede na Região Autónoma da Madeira foi de 45%, valor superior ao registado no total das empresas (35%). No entanto, 31% das empresas da região apresentavam, nesse ano, capitais próprios negativos (26% no total das empresas).

A dívida remunerada correspondia a 46% do passivo das empresas (53% no total das empresas). Os empréstimos bancários representavam a maior parcela da dívida remunerada (55%). Os financiamentos de empresas do grupo assumiam particular destaque para as empresas da região, ao representarem 33% da dívida remunerada.

Entre 2017 e 2018, o passivo das empresas da Região Autónoma da Madeira diminuiu 4% (aumento de 1% no total das empresas), descida justificada, em maior medida, pela redução de 6% da dívida remunerada.

No mesmo período, os gastos de financiamento das empresas da região diminuíram, em média, 23%, percentagem superior aos 10% registados no total das empresas. A conjugação da descida dos gastos de financiamento com a subida do EBITDA determinou uma diminuição de 3 pp da pressão financeira sobre as empresas da região, para 9%. Entre 2014 e 2018, o rácio de pressão financeira das empresas da região diminuiu 7 pp, redução inferior à verificada para o total das empresas (17 pp).

No final de 2019, de acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, 2% dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas portuguesas estavam associados a empresas com sede na Região Autónoma da Madeira. Nesta região, o rácio de empréstimos vencidos era de 8,1%, valor superior ao registado no total das empresas (4,7%), não obstante a diminuição de 14,5 pp face ao verificado no final de 2014.

O financiamento por créditos comerciais representava, em 2018, 12% do passivo das empresas da região, valor inferior ao registado no total das empresas (17%). À semelhança do observado no total das empresas, o financiamento líquido por dívida comercial era negativo, equivalendo a 4% do volume de negócios das empresas da região (-2% do volume de negócios no total das empresas).

Em 2018, as empresas com sede na Zona Franca da Madeira (ZFM) representavam 7% das empresas com sede na região, e eram responsáveis por 10% das pessoas ao serviço e por 33% do volume de negócios. Entre 2014 e 2018, não obstante o aumento do peso destas empresas quanto ao seu número (2 pp) e quanto à parcela de pessoas ao serviço (4 pp), a expressividade das empresas sediadas na ZFM diminuiu 12 pp no tecido empresarial regional, atendendo ao volume de negócios gerado. Em 2018, 82% do volume de exportações das empresas com sede na Região Autónoma da Madeira estava associado a empresas sediadas na ZFM, as quais eram igualmente responsáveis por 88% da componente importada de compras e FSE. Entre 2014 e 2018, estes pesos, no entanto, diminuíram 9 pp e 7 pp, respetivamente.

A expressividade das empresas com sede na ZFM atendendo, em particular, à rendibilidade operacional, ao volume de negócios e volume de exportações, e a volatilidade associada aos dados destas empresas, justificam em grande medida a volatilidade registada por alguns dos resultados associados às empresas da Região Autónoma da Madeira como um todo.

Índice Nota prévia | 3 Sumário | 5 Análise das empresas da Região Autónoma da Madeira | 9 1 Introdução | 11 2 Estrutura e demografia | 14 **2.1** Estrutura | **14** 2.2 Demografia | 22 3 Análise económica e financeira | 24 3.1 Atividade e rendibilidade 24 Caixa 1 • A relevância do mercado externo para a Região Autónoma da Madeira | 27 Caixa 2 • Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios | 35 3.2 Situação financeira | 40 Caixa 3 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente | 44 Caixa 4 • A Zona Franca da Madeira no contexto da Região Autónoma da Madeira | 51 ||Anexo 57 1 Síntese metodológica | 59 Siglas e acrónimos | 62

Referências | 63

Estudos da Central de Balanços | 64





I Análise das empresas da Região Autónoma da Madeira

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Análise económica e financeira

1 Introdução

O presente estudo apresenta uma avaliação da situação económica e financeira das empresas¹ da **Região Autónoma da Madeira**, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal². Este é o quinto estudo de uma série de análises regionais que procurará cobrir a totalidade do território nacional, tendo por base a sua desagregação atendendo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS)³.

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas não financeiras apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal⁴.

A região à qual pertencem as empresas é identificada com referência à localização da respetiva sede, tal como consta no universo de referência das sociedades não financeiras do Banco de Portugal⁵, independentemente da existência de estabelecimentos localizados noutras regiões do país ou mesmo no estrangeiro.

- Por uma questão de simplificação utilizam-se neste estudo as expressões "empresa" e "sociedade" de forma indiferenciada; ambas as expressões são referentes às empresas que integram o setor institucional das sociedades não financeiras (SNF). O setor das SNF constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K Atividades Financeiras e de Seguros, O Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, T Atividades das famílias empregadoras de pessod doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio e U Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extrateritoriais, bem como na Subclasse 70100 Atividades das sedes sociais da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).
- A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São adicionalmente consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços e 2/2013 Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços Notas metodológicas* e o Estudo da Central de Balanços da setore quadros da empresa e do setor, de fevereiro de 2019
- ³ A situação das empresas das Regiões Autónomas da Madeira, assim como das restantes regiões portuguesas (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve e Região Autónoma dos Açores), foi analisada pela primeira vez no Estudo da Central de Balanços 31 Análise regiond dos sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, de abril de 2018.
- As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos Quadros do Setor, ambos disponíveis no *site* do Banco de Portugal. São igualmente disponibilizadas no BP*stat*, sob o domínio "Empresas da central de balanços".
- ⁵ O universo de referência das sociedades não financeiras é uma base de dados que integra, para todas as empresas não financeiras residentes em Portugal, um conjunto de informação estrutural (NIPC, setor de atividade, localização da sede, entre outras) e conjuntural (volume de negócios anual,

A análise incide essencialmente sobre o período 2014-2018, e tem por base os dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES). O ano de 2019 é mencionado sempre que existe informação relativa a este período, como acontece no caso da análise relativa ao financiamento por empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente, com base em dados obtidos a partir da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Para alguns indicadores selecionados, é desagregado o diferencial registado entre o valor agregado da Região Autónoma da Madeira e o valor relativo ao total das empresas. Decompõe-se a diferença no efeito resultante da diferente composição setorial e no efeito decorrente das caraterísticas intrínsecas das empresas, de acordo com a metodologia definida pelo Banco Central Europeu (2017)⁶.

A análise inicia-se, no Capítulo 2, com uma caraterização das empresas da Região Autónoma da Madeira. É apresentada a estrutura da região por setores de atividade económica e detalhada a respetiva especialização setorial. É ainda descrita a estrutura das empresas da região por classes de dimensão e de maturidade e apresentada informação sobre a demografia empresarial.

No Capítulo 3, analisa-se a evolução recente da atividade das empresas desta região e procura-se determinar em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades, entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas. Na Caixa 1, "A relevância do mercado externo para a Região Autónoma da Madeira" é analisado o peso do setor exportador nas empresas da região, bem como o contributo do mercado externo para a evolução do respetivo volume de negócios. Na Caixa 2, "Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios" é apresentada uma análise da rendibilidade dos capitais próprios atendendo a um conjunto de fatores explicativos obtidos a partir da Análise DuPont 7 para a decomposição deste indicador. Na Caixa 3, "Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente", são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas da região, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor bancário residente. Na Caixa 4, "A Zona Franca da Madeira no contexto da Região Autónoma da Madeira", são apresentados elementos adicionais sobre a relevância do Centro Internacional de Negócios da Madeira para os indicadores agregados relativos à Região Autónoma da Madeira como um todo.

Neste estudo são explorados os dados microeconómicos, cuja análise permite detalhar o comportamento da generalidade das empresas da região. Para esse efeito, são referidos ocasionalmente indicadores baseados na distribuição dos valores individuais das empresas, que fornecem

total do ativo, pessoas ao serviço e capital social). O Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas contém informação detalhada sobre as fontes de informação da Central de Balanços.

O diferencial entre o valor de um rácio numa dada região e o seu valor para o total das empresas pode decompor-se entre o efeito da componente intrínseca (efeito intrínseco — associado ao facto de as empresas de região apresentarem determinadas caraterísticas que fazem com que se diferenciem da globalidade das empresas nos níveis dos indicadores analisados) e o efeito da composição estrutural do mesmo (efeito de composição — associado à composição setorial de cada região e à forma como estas estruturas condicionam os valores dos respetivos indicadores agregados). A metodologia utilizada encontra-se detalhada no estudo do Banco Central Europeu *Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*, de maio de 2017.

A Análise DuPont é amplamente referida na literatura sobre análise financeira das empresas, podendo ser consultada, por exemplo, em Ross et. al. (2010) e Brandão (2003). No presente estudo, a decomposição da rendibilidade dos capitais próprios efetuada procura explicitar as três componentes principais da decomposição de DuPont: rendibilidade das vendas, eficiência na utilização dos ativos e avalancagem financeira. Importa notar, no entanto, que esta decomposição permite a adoção de outras formulações através da expansão da componente associada à rendibilidade das vendas, contemplando rácios que permitem captar, por exemplo, os efeitos associados à rendibilidade operacional, aos gastos de financiamento e ao imposto sobre o rendimento do exercício.

medidas isentas das distorções que os valores agregados podem apresentar pela eventual presença de dados extremos. Analisam-se também os contributos dos setores de atividade económica e classes de dimensão para a determinação dos resultados agregados da região.

Nesta publicação, são comparados os resultados obtidos para a Região Autónoma da Madeira com os do total das empresas em Portugal. Para um maior detalhe sobre o total das empresas, pode ser consultado o *Estudo da Central de Balanços n.º 40 – Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018*, de novembro de 2019.

No site do Banco de Portugal estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas. Na área "Empresas" do site do Banco de Portugal, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto de indicadores. No site do Banco de Portugal é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos Quadros do Setor, os quais permitem obter informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores relativamente a qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

2 Estrutura e demografia

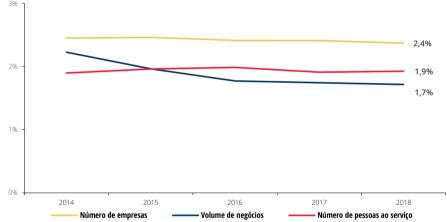
As empresas com sede na Região Autónoma da Madeira representavam 2,4% das sociedades não financeiras em Portugal. A região era constituída maioritariamente por microempresas. As pequenas e médias empresas agregavam as maiores parcelas do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço. O peso das grandes empresas era inferior ao observado no total das empresas. Os serviços (comércio e outros serviços) representavam a maioria das empresas, do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço. As empresas com menos de 10 anos de atividades eram as mais relevantes.

O número de empresas em atividade na região aumentou em 2018. Esse crescimento foi inferior ao observado no total das empresas, pelo terceiro ano consecutivo.

2.1 Estrutura

Em 2018, tinham sede na Região Autónoma da Madeira 11 mil empresas, ou seja, o equivalente a 2,4% das sociedades não financeiras a operar em Portugal. Estas empresas eram responsáveis por 1,7% do volume de negócios (6,5 mil milhões de euros) e por 1,9% das pessoas ao serviço (59 mil pessoas) (Gráfico I.2.1).

Gráfico I.2.1 • Peso da Região Autónoma da Madeira no total das empresas



A expressão das empresas da Região Autónoma da Madeira no total das empresas praticamente não se alterou no período 2014-2018, em número de empresas e número de pessoas ao serviço, mas diminuiu 0,5 pp quanto ao volume de negócios. A título de exemplo, entre 2008 e 2018, a descida foi de 0,7 pp.

2.1.1 Por setores de atividade económica

Estrutura

Em 2018, os serviços (comércio e outros serviços) representavam 82% das empresas da Região Autónoma da Madeira e agregavam 82% do volume de negócios e 77% das pessoas ao serviço (75%, 61% e 64% no total das empresas, respetivamente) (Gráfico I.2.2). Os outros serviços agregavam 59% das empresas da região, 48% do respetivo volume de negócios e 58% das pessoas ao

serviço, percentagens superiores às observadas para o total das empresas: 51% das empresas, 24% do volume de negócios e 43% das pessoas ao serviço. (51%, 24% e 43% no total das empresas, respetivamente). Destacavam-se as atividade ligadas ao alojamento, restauração e similares (secção I da CAE-Rev.3), que agregavam 17% das empresas da região e 23% das pessoas ao serviço, e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (secção M da CAE-Rev.3), responsáveis por 17% do volume de negócios.

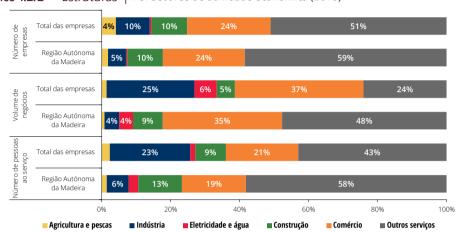
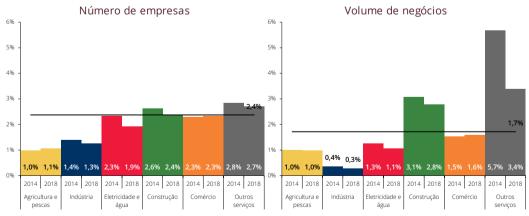


Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2018)⁸

Peso relativo

Considerando o número de empresas, em 2018, os setores regionais da agricultura e pescas, da indústria e da eletricidade e água apresentavam um peso menor que o do conjunto das empresas da Região Autónoma da Madeira no todo nacional (Gráfico I.2.3). Esta região assumia maior destaque nos outros serviços, ao agregar 3% das empresas do setor. Com exceção do comércio e da agricultura e pescas, as empresas da região assumiam, nos vários setores, um peso relativo menor que o observado em 2014.





Peso da Região Autónoma da Madeira no total das empresas (2018)

⁸ Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

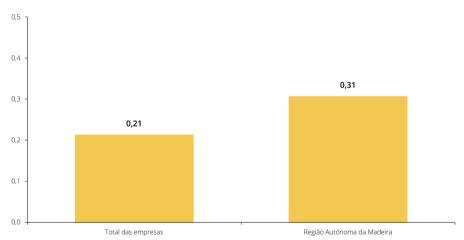
Em termos de volume de negócios, para além dos setores da agricultura e pescas, da indústria e da eletricidade e água, também no comércio o peso da região era inferior ao peso do conjunto das empresas regionais no total do volume de negócios das empresas nacionais. Quanto ao peso da região nas várias atividades, esta assumia maior destaque nos outros serviços e na construção, ao agregar cerca de 3% do volume de negócios de cada um destes setores. Pelo contrário, para o volume de negócios gerado pela indústria no total do território nacional a região contribuía apenas com 0,3%. Entre 2014 e 2018, é de referir a redução da expressividade do volume de negócios dos outros serviços da região, no todo nacional.

Especialização setorial

Nesta secção, é analisado o grau de especialização das empresas da Região Autónoma da Madeira por setores de atividade económica. O índice de Theil normalizado quantifica o grau de concentração do volume de negócios gerado num território em determinadas atividades económicas, variando entre 0 (diversificação máxima) e 1 (especialização máxima). Os valores associados a este índice podem, em alguns casos, refletir a elevada concentração do volume de negócios (ou do número de pessoas ao serviço, nos casos em que a análise tem por base esta variável) associada a um conjunto relativamente reduzido de empresas do agregado territorial em causa.

O índice de especialização setorial desta região foi, em 2018, superior ao registado na totalidade do território nacional: 0,31 na região e 0,21 no total do território nacional (Gráfico I.2.4). Esta situação revela uma menor diversificação de atividades na região, em comparação com o que acontece no total das empresas.

Gráfico I.2.4 • Grau de especialização setorial por localização geográfica | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2018)

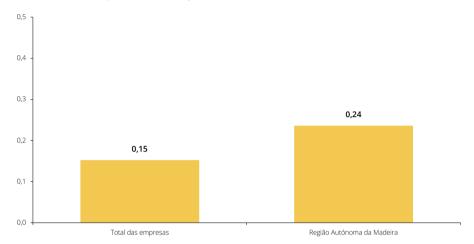


Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

Na Região Autónoma da Madeira, destacavam-se as atividades ligadas ao comércio por grosso e a retalho (divisões 46 e 47 da CAE-Rev.3), responsáveis por 18% e 13%, respetivamente, do volume de negócios das empresas da região. Adicionalmente, as atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins e atividades de ensaios e análises técnicas (divisão 71 da CAE-Rev.3) agregavam 15% do volume de negócios gerado por essas empresas.

Quanto ao número de pessoas ao serviço, a região apresentava um nível de especialização inferior ao observado para o volume de negócios, à semelhança do verificado no total das empresas. O índice de Theil normalizado da região situou-se em 0,24, valor superior ao registado para a totalidade do território nacional (0,15) (Gráfico I.2.5).

Gráfico I.2.5 • Grau de especialização setorial por localização geográfica | Índice de Theil normalizado (número de pessoas ao serviço, 2018)



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

Na Região Autónoma da Madeira, destacavam-se, para além do comércio a retalho, que agregava 11% das pessoas ao serviço, as atividades ligadas ao alojamento e à restauração, responsáveis por 13% e 10%, respetivamente, das pessoas ao serviço.

2.1.2 Por classes de dimensão⁹

Em 2018, 89% das empresas sediadas na Região Autónoma da Madeira eram microempresas, percentagem similar à registada no total das empresas (Gráfico I.2.6). As pequenas e médias empresas correspondiam a 10% das empresas e eram responsáveis por 53% do volume de negócios e 51% das pessoas ao serviço (11% das empresas, 42% do volume de negócios e 45% das pessoas ao serviço no total das empresas). Já as grandes empresas, apesar de representarem 0,2% das empresas sediadas na região, eram responsáveis por 30% do volume de negócios e 21% das pessoas ao serviço. Estas percentagens eram inferiores às observadas por esta classe de dimensão no total das empresas em Portugal (42% do volume de negócios e 30% das pessoas ao serviço).

⁹ A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em anexo.

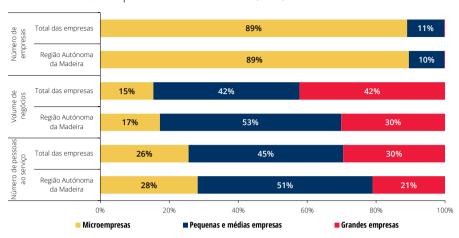
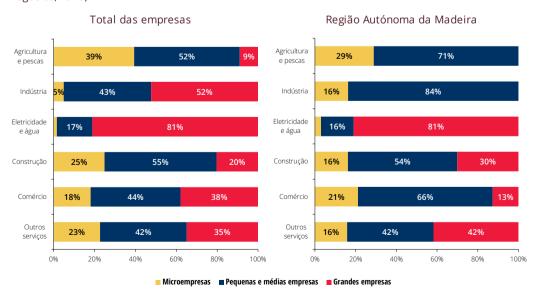


Gráfico I.2.6 • Estruturas | Por classes de dimensão (2018)

Entre 2014 e 2018, a estrutura empresarial da região, por classes de dimensão, praticamente não se alterou considerando a repartição do número de empresas. Tendo em conta o volume de negócios, destaca-se a redução do peso relativo das grandes empresas (-18 pp face ao registado em 2014), compensada, maioritariamente, pelo aumento do peso relativo das pequenas e médias empresas (15 pp). No que respeita ao número de pessoas ao serviço, verificou-se um aumento do peso relativo das grandes empresas (4 pp), compensado, essencialmente, pelo menor peso relativo das microempresas (-3 pp).

As microempresas eram, em número de empresas, a classe de dimensão mais relevante em todos os setores de atividade. Já as pequenas e médias empresas foram responsáveis pelas maiores parcelas do volume de negócios na generalidade dos setores (Gráfico I.2.7). Constituía exceção a eletricidade e água, com 81% do volume de negócios associado a grandes empresas. Excluindo este setor, o peso das pequenas e médias empresas no volume de negócios setorial variou entre os 42%, nos outros serviços, e os 84%, na indústria. Nos setores da agricultura e pescas e da indústria, a totalidade do volume de negócios teve origem em microempresas e em pequenas e médias empresas.

Gráfico I.2.7 • Estruturas | Por classes de dimensão e por setores de atividade económica (volume de negócios, 2018)



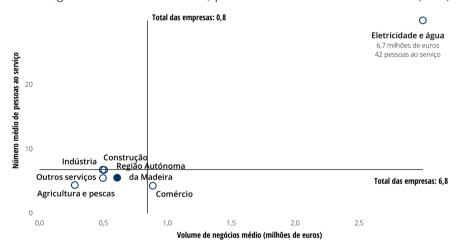
No período 2014-2018, destaca-se a redução do peso das grandes empresas nos volumes de negócios dos outros serviços, da indústria e da construção (26 pp, 19 pp e 17 pp, respetivamente), em oposição, essencialmente, ao aumento do peso relativo das pequenas e médias empresas nas respetivas estruturas por classes de dimensão.

2.1.3 Empresa média 10

A empresa média da Região Autónoma da Madeira gerou, em 2018, um volume de negócios de 608 mil euros (Gráfico I.2.8), montante equivalente a 72% do volume de negócios da empresa média nacional. Quanto ao número de pessoas ao serviço, a empresa média da região empregou 5,5 pessoas (6,8 pessoas ao serviço na empresa média nacional).

No mesmo ano, a eletricidade e água foi o setor que apresentou o volume de negócios médio e o número médio de pessoas ao serviço mais elevados na região (8 e 6 vezes superiores aos valores da empresa média nacional). Este foi o único setor regional a registar um volume de negócios médio e um número médio de pessoas ao serviço acima do registado pela empresa média nacional.

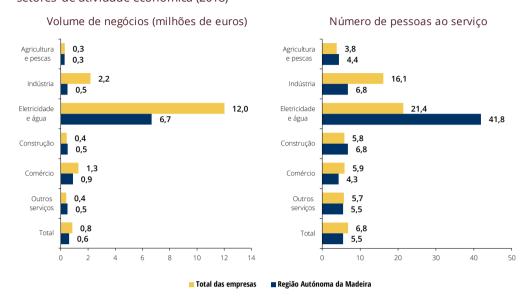
Gráfico I.2.8 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da Região Autónoma da Madeira, por setores de atividade económica (2018)



O volume de negócios médio das empresas da eletricidade e água era, no entanto, menor na Região Autónoma da Madeira (6,7 milhões de euros), quando comparado com o registado no total das empresas (12 milhões de euros) (Gráfico I.2.9). Apenas nos setores da construção e dos outros serviços, o volume de negócios médio era superior ao observado no conjunto das empresas nacionais para os mesmos setores. Com exceção da eletricidade e água e da indústria, as diferenças entre o volume de negócios médio de cada setor de atividade na região e no total do território eram, em geral, diminutas.

¹⁰ A empresa média de cada região corresponde ao valor total do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço da região dividido pelo número de empresas aí sediadas. A mesma metodologia é utilizada para determinar os valores associados às empresas médias do total do território nacional (total das empresas) e das atividades económicas (no caso, com base apenas nas empresas de cada região associadas a cada atividade).

Gráfico I.2.9 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço, por setores de atividade económica (2018)



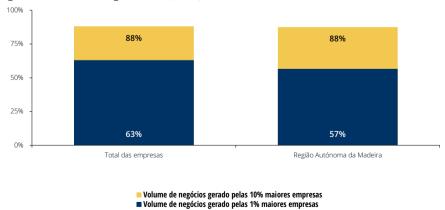
O número médio de pessoas ao serviço associadas à eletricidade e água era cerca de 2 vezes superior ao registado no mesmo setor para a totalidade do território. Pelo contrário, o número médio de pessoas ao serviço era inferior ao observado no total do território nos setores da indústria, do comércio e dos outros serviços.

As empresas da região geraram, em 2018, 110 mil euros de volume de negócios por pessoa ao serviço, valor abaixo dos 124 mil euros registados para a totalidade do território nacional.

2.1.4 Concentração

Em 2018, as 1% maiores empresas da Região Autónoma da Madeira foram responsáveis por 57% do volume de negócios da região, percentagem inferior à registada no total das empresas (63%) (Gráfico I.2.10). Quando consideradas as 10% maiores empresas da região, a concentração empresarial era similar à registada no total do território nacional (88%).

Gráfico I.2.10 • Volume de negócios gerado pelas 10% e 1% maiores empresas | Empercentagem do volume de negócios total (2018)



Já atendendo ao número de pessoas ao serviço, o nível de concentração era inferior. Em 2018, 37% das pessoas ao serviço nesta região estavam associadas às 1% maiores empresas (43% no total das empresas), enquanto as 10% maiores empresas empregavam 72% das pessoas ao serviço (73% no total das empresas).

2.1.5 Por classes de maturidade

A estrutura das empresas da Região Autónoma da Madeira por classes de maturidade ¹¹ era similar à observada no total das empresas: 53% das empresas em atividade tinham menos de 10 anos (55% no total das empresas). O peso das empresas com maturidades entre 11 e 20 anos era, ainda assim, maior nesta região (30%), quando comparado com os 24% observados no total das empresas (Gráfico I.2.11).

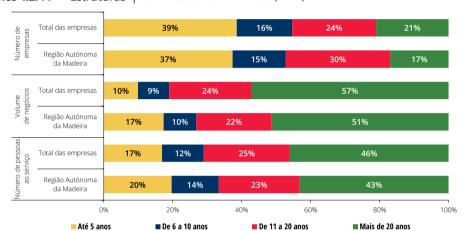


Gráfico I.2.11 • Estruturas | Por classes de maturidade (2018)

No que se refere ao volume de negócios gerado pelas empresas da região ou ao número de pessoas ao serviço, destaca-se o maior peso relativo das maturidades superiores, em linha com o registado no total das empresas. As empresas com maturidades superiores a 10 anos eram responsáveis por 73% do volume de negócios das empresas (81% no total das empresas), destacando-se as empresas em atividade há mais de 20 anos, que agregavam 51% do volume de negócios, mais 6 pp do que no total das empresas. No que respeita ao número de pessoas ao serviço, 67% estavam associadas a empresas em atividade há mais de 10 anos (71% no total das empresas).

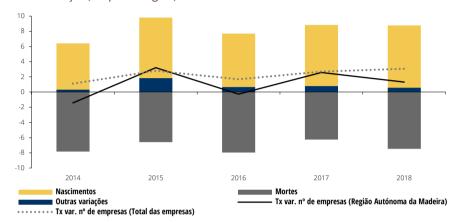
Entre 2014 e 2018, considerando o volume de negócios, os pesos das empresas com maturidades inferiores a 5 anos e das empresas com maturidades superiores a 20 anos aumentaram em detrimento, essencialmente, das empresas com maturidade entre 11 e 20 anos. O peso das empresas com maturidades superiores a 20 anos também aumentou, tendo em conta o número de empresas e o número de pessoas ao serviço.

¹¹ A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (21 anos ou mais).

2.2 Demografia

Entre 2017 e 2018, o número de empresas em atividade na Região Autónoma da Madeira aumentou 1,3%, crescimento inferior ao observado para o total das empresas (3,1%), pelo terceiro ano consecutivo (Gráfico I.2.12). No período 2014-2018, o número de empresas em atividade na região aumentou 7,0%, valor abaixo dos 10,6% registados no total das empresas.

Gráfico I.2.12 • Número de empresas da Região Autónoma da Madeira | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem) ¹²

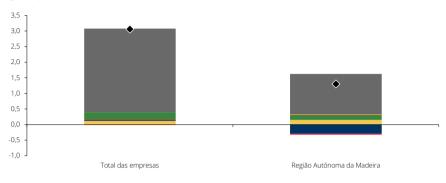


Os nascimentos de empresas representaram, em 2018, 8,2% do número de empresas em atividade na Região Autónoma da Madeira, valor similar ao registado no total das empresas (8,1%). Já o peso das cessações de empresas foi superior (7,5%), quando comparado com o valor observado no total das empresas (5,9%). Entre 2014 e 2018, é de destacar a maior dinâmica de criação e encerramento de empresas registada na região, com uma taxa de turbulência, isto é, a soma da taxa de natalidade com a taxa de mortalidade, superior à observada na totalidade do território nacional.

Entre 2017 e 2018, o crescimento do número de empresas em atividade na região teve origem, na sua maioria, no setor dos outros serviços, o qual contribuiu em 1,3 pp para esse aumento. Este setor também foi o que mais contribuiu para o crescimento do número de empresas no território nacional (Gráfico I.2.13).

¹² A variação anual do número de empresas em atividade é determinada pela criação de novas empresas (nascimentos), pela cessação de atividade de empresas que integravam o agregado analisado (mortes) e ainda por outras variações, nas quais se incluem entradas e saídas do setor institucional das sociedades não financeiras e, em particular, da região em análise (por alteração da sede das empresas que passam a integrar/deixam de integrar a região analisada).

Gráfico I.2.13 • Número de empresas | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem), por setores de atividade económica (2018)



■ Agricultura e pescas ■ Indústria ■ Eletricidade e água ■ Construção ■ Comércio ■ Outros serviços • Tx var. nº de empresas

Também os setores da agricultura e pescas e da construção contribuíram para o aumento do número de empresas em atividade na região entre 2017 e 2018 (0,2 pp, em ambos os casos). A indústria foi o único setor a contribuir negativamente para a evolução do número de empresas em atividade da região (-0,3 pp).

3 Análise económica e financeira

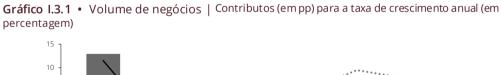
Em 2018, o volume de negócios das empresas da Região Autónoma da Madeira aumentou 4,7%, subida eminentemente associada ao mercado interno. Os gastos da atividade operacional das empresas da região também aumentaram, ainda que abaixo do acréscimo observado no total das empresas, mas acima do aumento do volume de negócios agregado das empresas da região. O EBITDA gerado pelas empresas da região também aumentou (em consequência da diminuição dos outros gastos, associados a imparidades e a outros gastos e perdas), tendo a rendibilidade dos capitais próprios apresentado um valor semelhante ao registado no total das empresas.

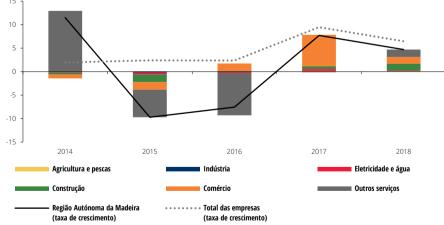
A autonomia financeira na região era superior à observada no total das empresas. A dívida remunerada representava a maior parcela do passivo das empresas, e estava maioritariamente associada a empréstimos bancários. A redução da dívida remunerada determinou, em maior medida, a contração do passivo das empresas. Os gastos de financiamento também diminuíram (mais do que no total das empresas). A conjugação da descida dos gastos de financiamento com a subida do EBITDA despoletou uma diminuição da pressão financeira sobre as empresas da região. O financiamento líquido por dívida comercial das empresas registou valores negativos, em todo o período analisado, indiciando que, em termos líquidos, os créditos comerciais não constituíram uma fonte de financiamento das empresas. O financiamento líquido por dívida comercial das empresas desta região foi, em todo o período analisado, mais negativo do que o registado no total das empresas.

3.1 Atividade e rendibilidade

3.1.1 Volume de negócios

Em 2018, o crescimento do volume de negócios das empresas da Região Autónoma da Madeira desceu 3 pp face a 2017, situando-se em 4,7% (6,5% no total das empresas) (Gráfico I.3.1).





No período 2014-2018, a evolução do volume de negócios das empresas da região foi mais instável que a do total das empresas. Adicionalmente, a taxa de variação anual do volume de negócios foi, em geral, inferior à registada para o total das empresas.

Em 2018, o aumento do volume de negócios foi transversal aos vários setores de atividade económica e às diferentes classes de dimensão. Em termos setoriais, os outros serviços, o comércio e a construção foram os setores que mais contribuíram para a subida do volume de negócios das empresas da região como um todo, destacando-se o crescimento de 18% do volume de negócios das empresas da construção. Por classes de dimensão, as pequenas e médias empresas foram a classe que mais contribuiu para este acréscimo (3 pp, associado a um aumento de 5% do respetivo volume de negócios face ao ano anterior).

3.1.2 Gastos da atividade operacional

Em 2018, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) representava 46% dos gastos da atividade operacional ¹³ das empresas da Região Autónoma da Madeira, percentagem inferior à observada no total das empresas (59%) (Gráfico I.3.2).

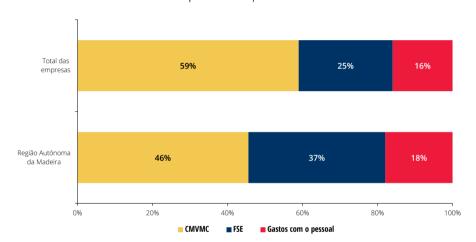


Gráfico I.3.2 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2018)

Os FSE, em contrapartida, eram mais significativos (37%) na região, por comparação com o registado no total das empresas (25%). Os gastos com o pessoal apresentavam pesos similares no total das empresas e na Região Autónoma da Madeira, representando 18% dos gastos da atividade operacional da região.

Os pesos do CMVMC e dos gastos com o pessoal na estrutura de gastos da atividade operacional aumentaram entre 2014 e 2018 (8 pp e 4 pp, respetivamente), em contrapartida da redução do peso dos FSE.

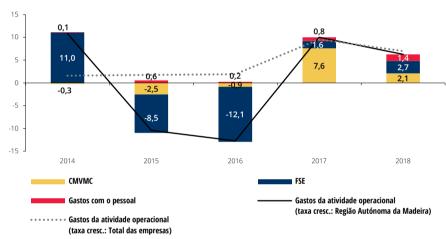
Na Região Autónoma da Madeira, a estrutura dos gastos da atividade operacional era condicionada pelo maior peso relativo das atividades ligadas aos outros serviços. Em 2018, os FSE agregavam 60% dos gastos da atividade operacional dos outros serviços, ao passo que o CMVMC assumia um peso reduzido neste setor. Pelo contrário, no setor do comércio (menos relevante na estrutura empresarial desta região), 80% dos gastos da atividade operacional estavam associados ao CMVMC.

¹³ O agregado "gastos da atividade operacional" compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Por classes de dimensão, as estruturas dos gastos da atividade operacional das microempresas e das pequenas e médias empresas eram semelhantes à registada pelo total das empresas da região. Pelo contrário, as grandes empresas apresentavam uma estrutura dos gastos da atividade operacional em que os FSE assumiam maior destaque (52% dos respetivos gastos), em detrimento do CMVMC.

Entre 2017 e 2018, os gastos da atividade operacional das empresas da Região Autónoma da Madeira aumentaram 6%, crescimento inferior ao observado no total das empresas (7%) e superior ao registado pelo volume de negócios da região (Gráfico I.3.3). Para o aumento dos gastos da atividade operacional contribuíram, de forma mais significativa, os FSE (3 pp, associado a um aumento de 8%), ainda que também o CMVMC e os gastos com pessoal tenham aumentado (5% e 8%, respetivamente). A subida destes gastos acompanhou, na generalidade, o crescimento anual do volume de negócios agregado das empresas da região no período 2014-2018.

Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)



Tendo em conta a importância do mercado externo e das relações com o exterior para a atividade das empresas da Região Autónoma da Madeira, apresenta-se informação sobre o contributo das exportações e das importações para essa atividade na Caixa 1, "A relevância do mercado externo para a Região Autónoma da Madeira". Em 2018, 7% das empresas realizaram exportações e 5% integravam o setor exportador, o qual foi responsável por 35% do volume de negócios das empresas da região.

Caixa 1 • A relevância do mercado externo para a Região Autónoma da Madeira

Os indicadores apresentados nesta Caixa permitem analisar com maior detalhe a importância do mercado externo para as empresas com sede na Região Autónoma da Madeira. Ainda que os resultados apresentados no Estudo da Central de Balanços 31 – Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016 revelem que a percentagem de empresas da região pertencentes ao setor exportador era, genericamente, inferior às registadas na maioria das demais regiões que compõem o território nacional, o peso das exportações no volume de negócios dessas empresas era, ainda assim, significativo.

Em 2018, 7% das empresas realizaram exportações. Entre estas, 5% integraram o setor exportador ¹⁴ (14% e 6% no total das empresas, respetivamente) (Gráfico C1.1). As empresas pertencentes ao setor exportador foram responsáveis por 35% do volume de negócios da região, percentagem similar à registada no total das empresas. Destacavam-se as atividades ligadas às atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (secção M da CAE-Rev.3) e o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (secção G da CAE-Rev.3). Já as restantes empresas exportadoras representavam 4% do volume de negócios, valor inferior ao observado no total das empresas (28%). As exportações do conjunto das empresas da Região Autónoma da Madeira representaram 34% do volume de negócios da região, peso superior ao observado no total das empresas (21%).

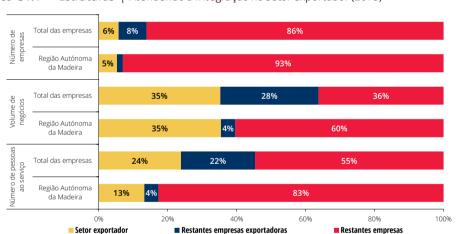


Gráfico C1.1 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador (2018)

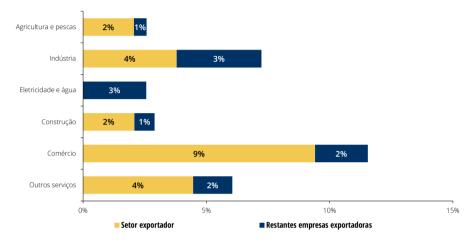
No período 2014-2018, o peso do setor exportador no total da região aumentou 2 pp, enquanto a parcela do volume de negócios gerado por estas empresas diminuiu 14 pp. No mesmo período, o peso das exportações no volume de negócios das empresas da região decresceu 12 pp.

¹⁴ O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta do Estudo da Central de Balanças 22 — Análise das empresas do setor exportador em Portugal, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da Nota de Informação Estatística n.º 122 | 2017. As restantes empresas exportadoras compreendem as empresas que realizaram exportações abaixo dos limiares definidos para inclusão no setor exportador.

As 1% maiores empresas exportadoras da Região Autónoma da Madeira foram responsáveis por 93% do total das exportações, em 2018, valor que comparava com 89% no total das empresas, comprovando uma maior concentração das exportações num número reduzido de empresas com atividade nesta região.

O setor exportador era mais relevante no comércio (9% das empresas), seguindo-se os outros serviços e a indústria (4%, em ambos os casos) (Gráfico C1.2).

Gráfico C1.2 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador e por setores de atividade económica (Região Autónoma da Madeira, número de empresas, 2018)

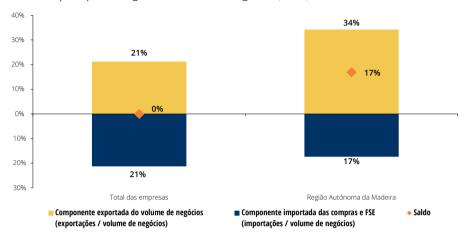


Na Região Autónoma da Madeira, o setor exportador era menos relevante, em comparação com o observado no total das empresas relativamente aos mesmos setores de atividade económica. Constituíam exceções os setores dos outros serviços e do comércio, com o setor exportador a assumir, no primeiro caso, uma expressividade semelhante à registada no mesmo setor de atividade para o total das empresas e, no segundo caso, um peso 4 pp superior.

No que respeita à repartição do volume de negócios, o setor exportador assumia, na Região Autónoma da Madeira, maior relevância no comércio e nos outros serviços, em comparação com o observado no total das empresas. Nos demais setores, o peso do setor exportador era inferior ao registado quando considerado o total das empresas afetas a cada setor de atividade.

O diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada dos FSE foi positivo na região, equivalendo a 17% do respetivo volume de negócios agregado das suas empresas (0% no total das empresas) (Gráfico C1.3).

Gráfico C1.3 • Componente exportada do volume de negócios e componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2018)

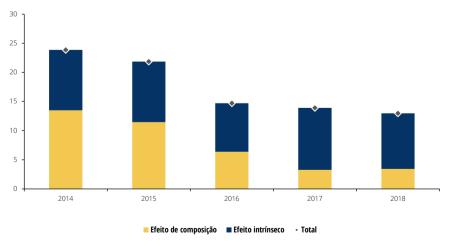


Nota: A componente importada das compras e FSE encontra-se representada na parte inferior do gráfico. Apesar de apresentar valores positivos, esta componente contribui de forma negativa para o saldo das transações com o exterior, que corresponde à diferença entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE.

Estes indicadores, como os demais referidos nesta análise, dependem, entre outros fatores, da composição do tecido empresarial da região analisada. Adicionalmente, também as caraterísticas intrínsecas das empresas, tal como a sua dimensão, o tipo de gestão, e outros fatores individuais podem condicionar os indicadores agregados. Para analisar o contributo de cada um destes efeitos, decompôs-se o diferencial entre o indicador da região e o do total das empresas de acordo com a metodologia definida pelo Banco Central Europeu (2017).

O maior peso das exportações no volume de negócios das empresas da Região Autónoma da Madeira, por comparação com o total das empresas, resultou quer das caraterísticas intrínse cas das empresas quer dos efeitos de composição setorial, embora este último efeito se tenha atenuado ao longo dos anos (Gráfico C1.4).

Gráfico C1.4 • Peso das exportações no volume de negócios das empresas da Região Autónoma da Madeira | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)



O mercado externo contribuiu para o aumento do volume de negócios na região em 2018, pelo segundo ano consecutivo (Gráfico C1.5).

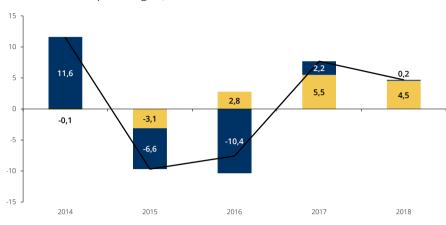


Gráfico C1.5 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (Região Autónoma da Madeira, em percentagem)

Por setores de atividade económica, o mercado externo contribuiu positivamente para a subida do volume de negócios da construção (3 pp, para um crescimento de 18%) e dos outros serviços (1 pp, para um crescimento de 3%). Pelo contrário, o mercado externo contribuiu negativamente, em 4 pp, para a evolução do volume de negócios da indústria na região. Este contributo foi mais do que compensado pela subida do mercado interno que, desta forma, determinou um crescimento de 1% do volume de negócios do setor, em 2018.

Taxa de crescimento do volume de negócios

Mercado externo

Mercado interno

As empresas da Região Autónoma da Madeira mantinham relações com o exterior, as quais eram igualmente influenciadas pelo investimento direto do exterior em Portugal (IDE)¹⁵. O peso das empresas com IDE era superior ao registado para a totalidade do território nacional, em termos do número de empresas e do total de exportações, e era semelhante, quanto ao volume de negócios. Em 2018, 4% das empresas da região estavam associadas a IDE (2% no total das empresas), sendo estas empresas responsáveis por 24% do volume de negócios gerado (25% no total das empresas) e por 53% das respetivas exportações (39% no total das empresas).

Em 2018, em linha com o registado nos anos anteriores, o montante de IDE aplicado na região encontrava-se largamente associado às atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, e ao comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos. Estas atividades representavam, respetivamente, 49% e 38% do valor agregado absoluto de participações de capital, registadas enquanto IDE nas empresas desta região.

3.1.3 EBITDA 16

O EBITDA gerado pelas empresas da Região Autónoma da Madeira aumentou 2% em 2018, subida similar à registada no total das empresas (Gráfico 1.3.4), apesar do acréscimo dos gastos da atividade operacional ter sido superior ao aumento do volume de negócios. Esta situação mais do que

¹⁵ O investimento direto do exterior em Portugal (IDE) observa-se quando as participações de entidades não residentes no capital de empresas residentes traduzem um interesse de caráter duradouro e garantem às primeiras controlo ou influência significativa sobre a gestão das segundas. Para mais informação sobre a compilação das estatísticas de posição de investimento internacional, pode ser consultado o Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2015 – Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional – Notas metodológicas.

¹⁶ EBITDA (Eamings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

compensou a diminuição dos outros gastos operacionais, associados a imparidades e a outros gastos e perdas. No período 2014-2018, a variação do EBITDA na região registou maior volatilidade, em comparação com o observado no total das empresas.

Gráfico I.3.4 • EBITDA | Taxa de crescimento anual

-60%

2014

O setor dos outros serviços foi o que contribuiu de forma mais negativa para a evolução do EBITDA na região em 2018 (2 pp). Esta situação foi, em contrapartida, compensada pelos contributos positivos do comércio e da construção (2 pp e 1 pp, respetivamente).

Região Autónoma da Madeira

2016

2017

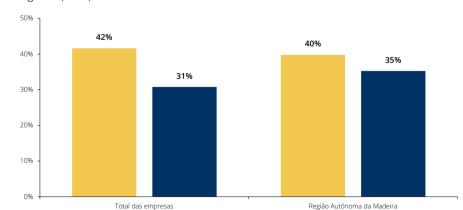
· · · · · · Total das empresas

■ Empresas com EBITDA negativo

2018

Por classes de dimensão, as pequenas e médias empresas e as grandes empresas contribuíram negativamente para a evolução do EBITDA na Região Autónoma da Madeira (3 pp, em ambos os casos). Ainda assim, o contributo positivo das microempresas (8 pp) mais do que compensou os referidos contributos negativos, determinando o aumento do EBITDA na região em 2018.

Nesse ano, 40% das empresas da região registaram uma subida do EBITDA, percentagem abaixo dos 42% observados no total das empresas (Gráfico I.3.5). A parcela de empresas com crescimento do EBITDA foi inferior à registada no total das empresas em todo o período 2014-2018.



Empresas com taxa de crescimento do EBITDA positiva

Gráfico I.3.5 • EBITDA | Proporção de empresas com taxa de crescimento do EBITDA positiva e com EBITDA negativo (2018)

Na Região Autónoma da Madeira, 64% das grandes empresas registaram crescimentos dos respetivos EBITDA em 2018, percentagem superior à observada pelas pequenas e médias empresas (51%) e pelas microempresas (38%). Por setores de atividade económica, a eletricidade e água foi o setor que apresentou a maior parcela de empresas com crescimento do EBITDA (49%). Nos restantes setores de atividade, este indicador variou entre os 38%, na agricultura e pescas e no comércio, e os 44%, na indústria.

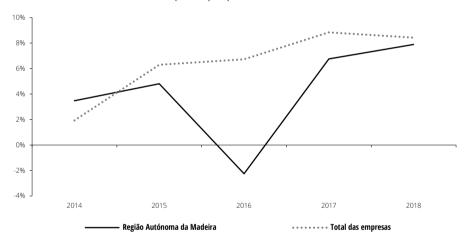
Em 2018, 35% das empresas com sede na região apresentaram EBITDA negativo, percentagem superior à verificada no total das empresas (31%). O posicionamento relativo da região face ao registado no total das empresas, não se alterou no período 2014-2018, com a percentagem de empresas com EBITDA negativo a situar-se acima da registada no total das empresas.

A percentagem das empresas com EBITDA negativo decrescia com a classe de dimensão das empresas, situando-se entre os 38% e os 0%. Por setores de atividade económica, o comércio e os outros serviços registaram as percentagens mais elevadas de empresas com EBITDA negativo (36%, em ambos os casos).

3.1.4 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios ¹⁷ das empresas da Região Autónoma da Madeira foi, em 2018, de 8%, valor 1 pp acima do registado em 2017, e próxima da registada no total das empresas (Gráfico I.3.6).

Gráfico I.3.6 • Rendibilidade dos capitais próprios

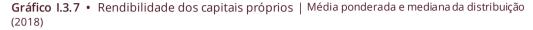


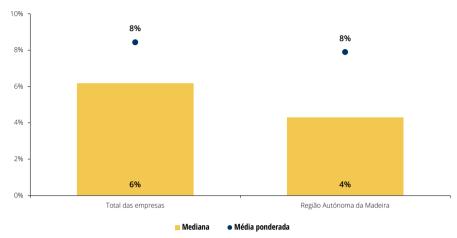
No período em análise, exceção feita a 2014, a rendibilidade dos capitais próprios da região situou-se abaixo da registada pelo total das empresas. A rendibilidade dos capitais próprios das empresas registou uma maior volatilidade que a do total das empresas, apresentando um valor negativo em 2016.

Em 2018, metade das empresas da região registou uma rendibilidade dos capitais próprios igual ou inferior a 4% (6% no total das empresas), não obstante a rendibilidade agregada das empresas

¹⁷ A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

da região se ter situado 4 pp acima deste valor (diferencial de 2 pp para o total das empresas) (Gráfico I.3.7).





A rendibilidade dos capitais próprios das pequenas e médias empresas (13%) era, na Região Autónoma da Madeira, mais elevada do que as registadas pelas restantes classes de dimensão, situação relativamente transversal ao período 2014-2018. A rendibilidade das grandes empresas foi de 8% em 2018 e a das microempresas de 4%. Por setores de atividade económica, a rendibilidade foi mais elevada na construção (13%) e mais reduzida na agricultura e pescas (2%).

Em 2018, a margem operacional das empresas da região (EBITDA/rendimentos ¹⁸) foi de 18%, valor 7 pp superior ao registado pelo total das empresas. Já a margem líquida (resultado líquido do período (RLP)/rendimentos) ascendeu a 8%, valor 4 pp acima do verificado no total das empresas (Gráfico I.3.8). Entre 2014 e 2018, as margens (operacional e liquida) das empresas da região situaram-se acima das registadas pelo total das empresas, exceção feita a 2016. Nesse período, as margens operacional e líquida aumentaram 3 pp e 5 pp na região, respetivamente.

Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão "rendimentos" que corresponde ao "total de rendimentos líquidos", obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

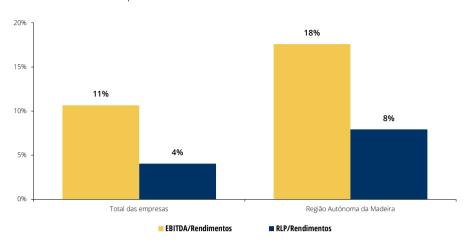


Gráfico I.3.8 • Resultados | Peso face aos rendimentos (2018)

Os diferenciais entre os valores das margens operacional e líquida das empresas da Região Autónoma da Madeira e os registados pelo total das empresas, em 2018, estiveram associados às caraterísticas intrínsecas das empresas, sobrepondo-se, esse efeito, ao das diferentes estruturas empresariais. Ambos os efeitos contribuíram no sentido do diferencial registado entre as margens da região e as do total das empresas.

Em 2018, considerando as classes de dimensão, as grandes empresas da região registaram as margens operacional e líquida mais elevadas. Por setores de atividade económica, a eletricidade e água apresentou a margem operacional mais elevada da região (27%), seguindo-se os outros serviços (24%), setor que registou a maior margem líquida (9%, valor acima dos 8% e 7% registados na construção e no comércio, respetivamente).

Na Caixa 2, "Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios" é apresentada uma análise da rendibilidade dos capitais próprios que procede à decomposição deste indicador em função da rendibilidade das vendas, da rotação do ativo e da alavancagem financeira. Na Região Autónoma da Madeira, observou-se, no período analisado, uma maior rendibilidade das vendas (com exceção de 2016) e menores níveis de rotação de ativo e de alavancagem financeira.

Caixa 2 • Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios

De acordo com a Análise DuPont para a decomposição da rendibilidade dos capitais próprios, este indicador decompõe-se em três fatores, segundo a seguinte expressão:

Rendibilidade dos capitais próprios =
$$\frac{RLP}{CP} = \frac{RLP}{VN} \times \frac{VN}{ativo} \times \frac{ativo}{CP}$$

O primeiro fator desta decomposição DuPont é a rendibilidade das vendas:

O valor deste rácio, medido em percentagem, indica a parcela do volume de negócios convertida em resultado líquido do período; é, desta forma, um indicador da capacidade das empresas obterem margens de lucro com a sua atividade.

Um aumento deste rácio, tudo o resto constante, tem um impacto positivo sobre a rendibilidade dos capitais próprios.

O segundo fator da decomposição DuPont da rendibilidade dos capitais próprios é a **rotação do ativo**:

Este rácio indica o volume de negócios gerado por cada euro de ativo investido, traduzindo desta forma o nível de eficiência das empresas na utilização dos seus recursos.

Quanto maior a rotação do ativo, tudo o resto constante, maior a capacidade das empresas para remunerar os seus capitais próprios.

O terceiro fator da decomposição DuPont da rendibilidade dos capitais próprios é a **alavancagem financeira**:

O valor deste rácio reflete a dimensão do ativo em relação aos capitais próprios. Este rácio será tanto mais elevado quanto menor o peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento, indicando uma maior alavancagem.

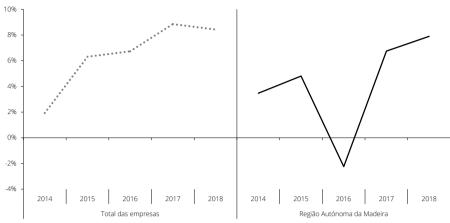
Um aumento da alavancagem financeira, tudo o resto constante, tem um impacto positivo sobre a rendibilidade dos capitais próprios, já que traduz uma redução da proporção dos capitais próprios a remunerar.

Esta análise considera o impacto de cada um dos três fatores sobre a rendibilidade dos capitais próprios de forma autónoma (mantendo os restantes constantes), pelo que não são analisadas as relações de dependência entre eles. Em particular, uma variação da alavancagem financeira terá impacto na rendibilidade das vendas, na medida em que, em geral, os instrumentos de capital alheio têm um custo associado. Esse custo implica uma redução da rendibilidade das vendas e é tendencialmente crescente com o nível de endividamento e de risco. Por simplificação, estas interdependências não são consideradas nesta análise.

Como referido anteriormente, a rendibilidade dos capitais próprios das empresas da Região Autónoma da Madeira ascendeu a 8% em 2018, valor similar ao registado no total das empresas e 1 pp acima do valor registado nesta região em 2017.

No período 2014-2018, a rendibilidade dos capitais próprios aumentou 4 pp, menos 2 pp do que a registada no total das empresas (Gráfico C2.1).

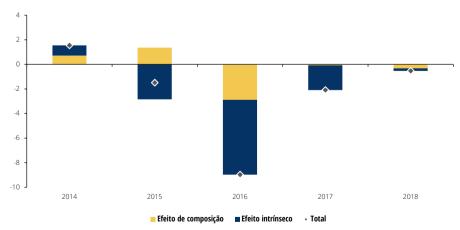




A Região Autónoma da Madeira apresentou uma rendibilidade inferior à registada pelo total das empresas na generalidade do período analisado. O diferencial negativo reduziu-se em 2018 para 4,9 pp, resultado dos efeitos contrários dos aumentos da rendibilidade das vendas e da rotação do ativo e da diminuição da alavancagem financeira, como se apresenta a seguir.

Este diferencial pode depender, não só das caraterísticas intrínsecas das empresas, mas também da composição do tecido empresarial da região. Territórios com uma maior proporção de empresas em atividades mais rentáveis apresentarão rendibilidades globalmente superiores, mesmo que intrinsecamente as rendibilidades das empresas sejam semelhantes. O diferencial registado deveu-se, em maior medida, ao efeito intrínseco, o que indica que, no período analisado, a rendibilidade na região foi determinada pela presença de empresas intrinsecamente menos rentáveis. Também o efeito associado à composição setorial contribuiu, embora em menor escala, no sentido do diferencial registado entre o valor da região e o do total das empresas na maioria dos períodos analisados (exceção feita a 2015) (Gráfico C2.2).

Gráfico C2.2 • Rendibilidade dos capitais próprios da Região Autónoma da Madeira | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)

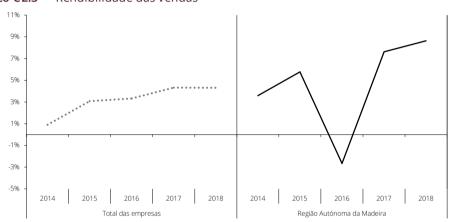


Rendibilidade das vendas

A rendibilidade das vendas é um indicador da margem obtida pelas empresas, que quantifica a capacidade de as empresas transformarem os seus rendimentos (na sua maioria provenientes do volume de negócios) em resultados líquidos, depois de deduzidos os gastos relacionados com a sua atividade.

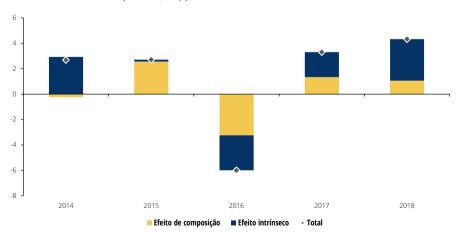
Em 2018, a rendibilidade das vendas das empresas na Região Autónoma da Madeira era de 8,6%, valor acima dos 4,3% registados no total das empresas (Gráfico C2.3). No período analisado, a rendibilidade das vendas das empresas foi, em geral, superior à registada no total das empresas. Constituiu exceção a situação observada em 2016, ano em que este indicador foi negativo em 2,7% na região e positivo em 3,3% no total das empresas.

Gráfico C2.3 • Rendibilidade das vendas



Na Região Autónoma da Madeira, o diferencial face ao total das empresas deveu-se, sobretudo, às caraterísticas intrínsecas das empresas, exceção feita a 2015 e 2016, anos em que o efeito da composição setorial dos respetivos tecidos empresariais foi mais relevante (Gráfico C2.4).

Gráfico C2.4 • Rendibilidade das vendas da Região Autónoma da Madeira | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)

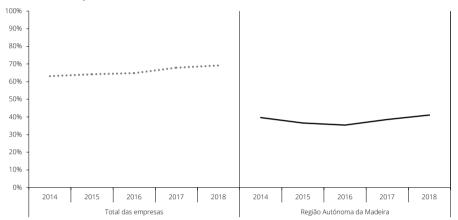


Rotação do ativo

A rotação do ativo é um dos fatores explicativos da rendibilidade das empresas por relacionar os montantes investidos nos ativos com os rendimentos por estes gerados. Ao quantificar a percentagem dos ativos coberta pelo volume de negócios anual, toma-se como referência o valor de 100, percentagem acima da qual o volume de negócios gerado anualmente pelas empresas permite cobrir integralmente o valor do ativo. O inverso deste rácio permite ainda avaliar o número de anos de atividade necessários para cobrir o valor dos ativos.

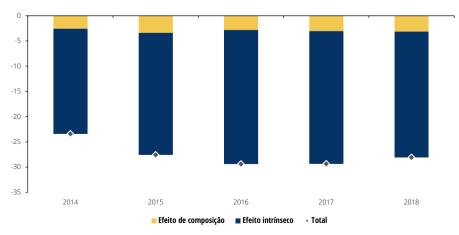
Em 2018, na Região Autónoma da Madeira a rotação do ativo era de 41%, menos 28 pp do que no total das empresas (Gráfico C2.5). A região apresentou níveis de rotação do ativo inferiores aos do total das empresas em todo o período analisado.

Gráfico C2.5 • Rotação do ativo



Os menores níveis de rotação do ativo resultaram, essencialmente, das caraterísticas intrínsecas das empresas da região, indicando que, quando comparadas com empresas dos mesmos setores na totalidade do território nacional, as respetivas empresas apresentavam menores níveis de rotação do ativo (Gráfico C2.6). Também o efeito de composição setorial da região contribuiu no sentido do diferencial registado pela região em relação ao total das empresas em todo o período analisado.

Gráfico C2.6 • Rotação do ativo da Região Autónoma da Madeira | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)



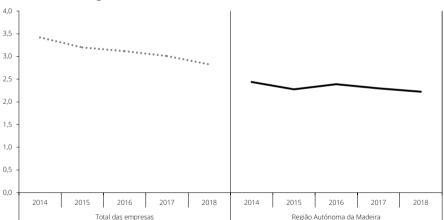
Alavancagem financeira

A estrutura de financiamento das empresas é igualmente um dos fatores determinantes para a rendibilidade dos capitais próprios, refletindo qual a proporção dos ativos (que as empresas utilizam na obtenção de rendimentos) financiados pelos acionistas. Quanto menor for essa proporção, tudo o resto constante, maior será o retorno por unidade de capitais próprios. Para além dos capitais próprios, as empresas podem recorrer a capitais alheios para financiar os seus ativos, que incluem a dívida remunerada (títulos de dívida, empréstimos bancários e outros financiamentos), os créditos comerciais e outros passivos.

A alavancagem financeira permite quantificar a combinação de capitais próprios e de capitais alheios utilizada pelas empresas, ao indicar o número de vezes que os capitais próprios são cobertos pelo ativo. Este rácio será tanto maior quanto maior o recurso a capitais alheios. Em empresas rentáveis, o aumento da alavancagem financeira contribui positivamente para o nível de rendibilidade dos capitais próprios, considerando tudo o resto constante. No entanto, o seu efeito sobre a rendibilidade dos capitais próprios não deve ser avaliado sem considerar as implicações genericamente associadas a maiores níveis de alavancagem financeira, já que o maior recurso a capitais alheios pode implicar uma maior vulnerabilidade e exposição ao risco da empresa ou do agregado em causa.

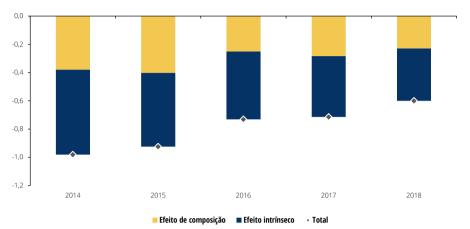
Em 2018, o ativo das empresas representava, na Região Autónoma da Madeira, 2,2 vezes o valor dos respetivos capitais próprios (2,8 vezes no total das empresas) (Gráfico C2.7). A região apresentou, em todo o período analisado, de forma estrutural, níveis de alavancagem financeira inferiores aos do total das empresas.





O menor nível de alavancagem financeira registado na região, comparativamente com o observado na totalidade das empresas nacionais, era, em todo o período analisado, determinado, essencialmente, pelas caraterísticas intrínsecas das empresas (Gráfico C2.8). Também o efeito de composição setorial contribuiu no sentido do diferencial entre a região e o total das empresas, indicando que a diferente composição setorial contribuiu, em conjunto com as caraterísticas intrínsecas das empresas, para o menor nível de alavancagem financeira na região face ao total das empresas.

Gráfico C2.8 • Alavancagem financeira da Região Autónoma da Madeira | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em unidades)



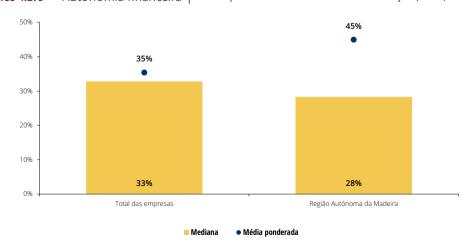
Assim, verifica-se, no período analisado, exceção feita a 2016, um nível comparativamente mais elevado do indicador de rendibilidade das vendas na região, bem como menores níveis de rotação de ativo e de alavancagem financeira. Os diferenciais entre a região e o total das empresas relativamente a estes indicadores são influenciados, sobretudo, pelas caraterísticas intrínsecas das empresas.

3.2 Situação financeira

3.2.1 Capitais próprios

Em 2018, a autonomia financeira das empresas da Região Autónoma da Madeira era de 45%, valor superior aos 35% registados pelo total das empresas (Gráfico I.3.9), situação observada em todo o período analisado. Entre 2014 e 2018, a autonomia financeira aumentou 4 pp, crescimento inferior ao registado no total das empresas (6 pp).

Gráfico I.3.9 • Autonomia financeira | Média ponderada e mediana da distribuição (2018)



A autonomia financeira média desta região situou-se, no período em análise, significativamente acima da autonomia financeira mediana (rácio que indica que metade das empresas da região apresentou uma autonomia financeira inferior ou superior a esse limiar). Em 2018, não obstante a autonomia financeira média na região se ter situado nos 45%, metade das empresas aí sediadas apresentou uma autonomia financeira igual ou inferior a 28%.

A maior autonomia financeira registada na Região Autónoma da Madeira, em comparação com o observado no total das empresas, foi determinada em maior medida, em 2018 e nos anos anteriores, pelas caraterísticas intrínsecas das respetivas empresas (contributo de 7 pp para o diferencial de 10 pp face ao total das empresas nacionais). Também o efeito de composição associado à diferente estrutura setorial da região contribuiu no sentido do diferencial registado em termos agregados.

Em 2018, a autonomia financeira crescia com a dimensão das empresas: 41% nas microempresas, 43% nas pequenas e médias empresas e 53% nas grandes empresas. Por setores de atividade económica, o nível de autonomia financeira era mais elevado no comércio (60%) e mais reduzido na construção (28%).

No mesmo ano, 31% das empresas apresentavam capitais próprios negativos (26%, no total das empresas) (Gráfico I.3.10). Entre 2014 e 2018, à semelhança do registado no total das empresas, o peso das empresas com capitais próprios negativos diminuiu 2 pp na região.

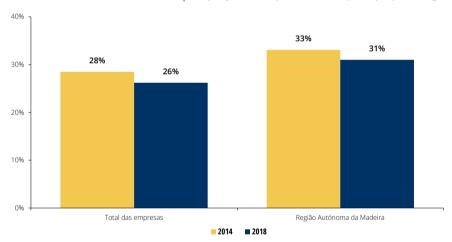


Gráfico I.3.10 • Autonomia financeira | Proporção de empresas com capitais próprios negativos

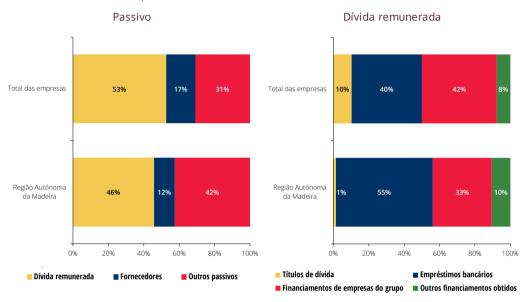
Em 2018, a proporção de empresas com capitais próprios negativos decrescia com a dimensão das empresas da região: 33% nas microempresas, 10% nas pequenas e médias empresas e 5% nas grandes empresas. Por setores de atividade, esta percentagem era mais elevada no setor da construção (24%) e nos setores do comércio e dos outros serviços (23%, em ambos os casos).

3.2.2 Capitais alheios

O financiamento com recurso a capitais alheios era a principal forma de financiamento da atividade das empresas sediadas na Região Autónoma da Madeira em 2018, apesar de assumir menor destaque quando comparado com o total das empresas.

A dívida remunerada ¹⁹ constituía a principal fonte de capital alheio, ao representar 46% do passivo das empresas da região (53%, no total das empresas) (Gráfico I.3.11). As dívidas a fornecedores representavam 12% do passivo, estando a restante parcela associada a outros passivos²⁰. A estrutura do passivo da região apresentada em 2018 não diferia significativamente das evidenciadas nos anos anteriores.





Os empréstimos bancários²¹ representavam a maior parcela da dívida remunerada das empresas da Região Autónoma da Madeira. Em 2018, 55% da dívida remunerada estava associada a esta forma de financiamento, peso superior em 15 pp ao registado no total das empresas. Os financiamentos de empresas do grupo assumiam particular destaque na estrutura da dívida remunerada, ao representarem 33% da dívida remunerada das empresas da região, percentagem inferior à registada para o total das empresas (42%).

A estrutura da dívida remunerada da região apresentava, em 2018, algumas diferenças face às verificadas nos anos anteriores, essencialmente devido ao menor peso relativo dos empréstimos bancários. O peso desta componente na respetiva dívida remunerada diminuiu 12 pp entre 2014 e 2018, em contrapartida dos financiamentos de empresas do grupo.

Por classes de dimensão, o peso da dívida remunerada no passivo variava entre os 43% nas microempresas e os 49% nas pequenas e médias empresas. A dívida remunerada correspondia à parcela mais significativa do passivo das pequenas e médias empresas e das grandes empresas da região. Os outros passivos assumiam maior expressividade na estrutura do passivo das microempresas (48%).

¹⁹ A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

²⁰ A classe "Outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

²¹ A Caixa 3 "Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente" disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

Os empréstimos bancários eram a principal fonte de financiamento remunerado das microempresas (51%) e das pequenas e médias empresas (65%). As maiores parcelas da dívida remunerada das grandes empresas estavam associadas aos financiamentos de empresas do grupo (47%) e aos empréstimos bancários (46%).

Em 2018, os outros passivos representavam a maior parcela do passivo da generalidade dos setores de atividade económica, representando 49% do passivo das empresas da indústria (44% no comércio, 43% nos outros serviços e 35% na agricultura e pescas). Constituíam exceções a eletricidade e água e a construção, setores nos quais a dívida remunerada representava a maior parcela dos respetivos passivos (53% e 46%, respetivamente).

O passivo das empresas diminuiu 4% na Região Autónoma da Madeira em 2018 (1% no total das empresas) (Quadro I.3.1). Entre 2014 e 2018, o passivo diminuiu 15%, registando descidas em todo este período.

Quadro I.3.1 • Passivo | Taxa de crescimento anual (2018)

	Dívida remunerada	Fornecedores	Outros passivos	Passivo
Total das empresas	-1,4%	2,9%	4,9%	1,1%
Região Autónoma da Madeira	-5,8%	5,8%	-4,7%	-4,1%

O decréscimo do passivo das empresas da região entre 2017 e 2018 foi determinado, em maior medida, pela redução da dívida remunerada (6%). Esta contribuiu em -3 pp para essa descida, e esteve associada em grande medida à redução dos empréstimos bancários das empresas da região. Também os outros passivos contribuíram em -2 pp (associado a uma redução de 5%) para o decréscimo do passivo das empresas da região.

Por classes de dimensão, o passivo das grandes empresas diminuiu 12% em 2018, contração que compara com um decréscimo de 2% nas microempresas e uma descida marginal no caso das pequenas e médias empresas. Por setores de atividade económica, o comércio e a construção registaram os decréscimos mais acentuados dos respetivos passivos (10% e 9%, respetivamente), enquanto a agricultura e pescas foi o único setor a registar um aumento (5%).

Apresenta-se na Caixa 3 "Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente" informação complementar sobre esta forma de financiamento. Destaca-se a elevada concentração dos empréstimos concedidos junto das pequenas e médias empresas e das empresas dos outros serviços.

Caixa 3 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente²²

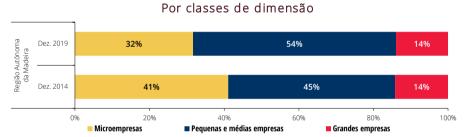
Com base na informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, analisa-se, nesta Caixa, o montante total dos empréstimos obtidos pelas empresas da Região Autónoma da Madeira junto do sistema bancário residente²³.

No final de 2019, as empresas desta região agregavam 2% dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas portuguesas, menos 1 pp do que no final de 2014.

Do montante de empréstimos bancários concedidos às empresas da região no final de 2019, 54% concentrava-se nas pequenas e médias empresas, 32% nas microempresas e 14% nas grandes empresas (Gráfico C3.1).

Por setores de atividade económica, os outros serviços agregavam a maioria dos empréstimos bancários concedidos à região pelo sistema bancário residente (65%), seguindo-se o setor do comércio (13%).

Gráfico C3.1 • Composição do financiamento obtido pelas empresas da Região Autónoma da Madeira junto do sistema bancário residente (valores em fim de período)





²² Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Cademo nº 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.

²³ Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

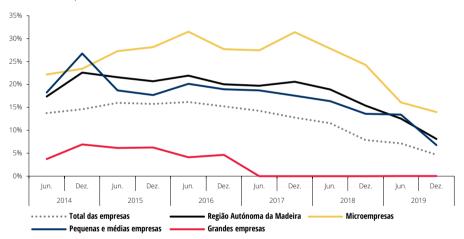
Entre o final de 2014 e o final de 2019, registou-se um aumento do peso dos empréstimos concedidos às pequenas e médias empresas na Região Autónoma da Madeira (10 pp), por contrapartida da redução do peso das microempresas.

Por setores de atividade, verificou-se uma redução dos pesos dos empréstimos concedidos à construção (-7 pp) e à indústria (-1 pp), em contraponto, essencialmente, com o aumento dos pesos da eletricidade e água (5 pp) e do comércio (3 pp).

Entre o final de 2014 e o final de 2019, a região apresentou, sistematicamente, rácios de empréstimos vencidos²⁴ superiores aos do total das empresas (Gráfico C3.2). No final de 2019, o rácio de empréstimos vencidos era de 8,1% (4,7% no total das empresas). Por comparação com os valores observados no final de 2014, a parcela de empréstimos em incumprimento diminuiu 14,5 pp na região (9,9 pp no total das empresas).

Por classes de dimensão, as microempresas apresentaram o maior rácio de empréstimos vencidos da região em todo o período analisado, seguindo-se as pequenas e médias empresas. No final de 2019, o rácio de empréstimos vencidos das microempresas era de 14,0%, menos 9,5 pp do que no final de 2014. As pequenas e médias empresas apresentavam um rácio de empréstimos vencidos de 6,8%, valor inferior em 20 pp ao registado no final de 2014. As grandes empresas apresentavam um valor residual para este indicador.

Gráfico C3.2 • Rácio de empréstimos vencidos | Por classes de dimensão (% do total, valores em fim de período)



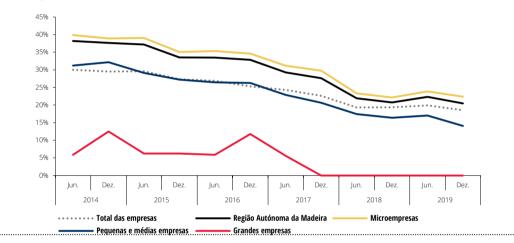
Para o rácio de empréstimos vencidos é utilizada a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal sobre empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente, sendo calculada a proporção dos montantes de empréstimos vencidos no total de empréstimos obtidos. Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em www.bportugal.pt.

Por setores de atividade económica, no final de 2019, o setor da construção continuava a registar o rácio de empréstimos vencidos mais elevado (30,7%), ainda que o valor deste rácio tenha diminuído face ao final de 2014 (8,8 pp). Seguiam-se os outros serviços (6,5%). A eletricidade e água continuava a apresentar o rácio de empréstimos vencidos mais baixo (0,1%). Face ao final de 2017, destacavam-se as reduções nos setores do comércio (21,4 pp), da indústria (18,0 pp) e da agricultura e pescas (15,4 pp).

No final de 2019, a percentagem de empresas com empréstimos vencidos era de 20,5% (18,5% no total das empresas) (Gráfico C3.3). Entre o final de 2014 e o final de 2019, essa percentagem diminuiu 17,2 pp (11,0 pp no total das empresas).

Na Região Autónoma da Madeira, a percentagem de devedores com empréstimos vencidos era de 22,4% nas microempresas (menos 16,5 pp do que em 2014) e de 14,1% nas pequenas e médias empresas (menos 18,1 pp do que em 2014), não existindo grandes empresas em situação de incumprimento.

Gráfico C3.3 • Percentagem de devedores com empréstimos vencidos (valores em fim de período)



3.2.3 Gastos de financiamento e solvabilidade

Em 2018, os gastos de financiamento das empresas da Região Autónoma da Madeira diminuíram, em média, 23%, redução superior à registada no total das empresas (10%) (Gráfico I.3.12). Entre 2014 e 2018, os gastos de financiamento das empresas da região diminuíram, exceção feita a 2017 (aumento de 8%), registando uma redução acumulada de 38% no período analisado (32% no total das empresas).

²⁵ O agregado "gastos de financiamento" compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

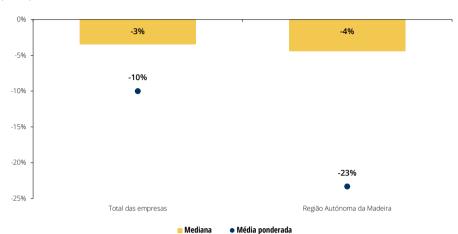


Gráfico I.3.12 • Gastos de financiamento | Média ponderada e mediana da taxa de crescimento anual (2018)

Não obstante a redução mais expressiva, em termos agregados, dos gastos de financiamento das empresas da Região Autónoma da Madeira, as variações individuais demonstram que, em 2018, metade das empresas registou decréscimos inferiores a 4% ou mesmo aumentos dos respetivos gastos de financiamento.

O decréscimo dos gastos de financiamento foi transversal às várias classes de dimensão: 26% nas microempresas e nas pequenas e médias empresas e 17% nas grandes empresas.

Por setores de atividade económica, os gastos de financiamento diminuíram de forma mais acentuada no setor do comércio (63%, depois de um crescimento igual no ano anterior), e na eletricidade e água (40%).

O rácio de pressão financeira, avaliada pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA, diminuiu 3 pp, para 9%, beneficiando simultaneamente da redução dos gastos de financiamento e do aumento do EBITDA registados em 2018 (Gráfico I.3.13). Este indicador situou-se abaixo do valor registado pelo total das empresas pelo segundo ano consecutivo. Entre 2014 e 2018, o rácio de pressão financeira das empresas da região diminuiu 7 pp, redução inferior à verificada para o total das empresas (17 pp).

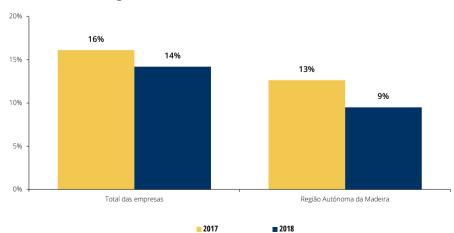


Gráfico I.3.13 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA

Em 2018, o diferencial negativo entre o peso dos gastos de financiamento no EBITDA registado na região e o observado no total das empresas, indicativo de uma menor pressão financeira sobre as empresas dessa região, era essencialmente determinado pelas caraterísticas intrínsecas das empresas.

A diminuição da pressão financeira observada na região, em termos agregados, foi transversal às várias classes de dimensão, sendo mais expressiva nas microempresas: -25 pp para 19%, valor acima dos 8% registados nas pequenas e médias empresas e dos 7% nas grandes empresas.

Por setores de atividade económica, o comércio registou a maior redução da respetiva pressão financeira (-11 pp, para 5%), apresentando o valor mais baixo para este indicador, em 2018. Em contrapartida, a eletricidade e água, a construção e os outros serviços apresentaram os níveis de pressão financeira mais elevados (11%, em qualquer dos casos).

No mesmo ano, 34% das empresas não geraram EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento (28% no total das empresas) (Gráfico I.3.14). Esta percentagem diminuiu 11 pp, entre 2014 e 2018, redução superior à registada no total das empresas (8 pp).

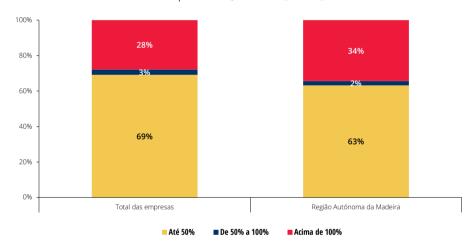


Gráfico I.3.14 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes (2018)

Em 2018, a percentagem de empresas que não gerava EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento decrescia com a dimensão: 39% nas microempresas e 15% nas pequenas e médias empresas, não existindo grandes empresas nesta situação. Por setores de atividade económica, o comércio era o setor que apresentava a maior percentagem de empresas nesta situação (37%), seguindo-se os outros serviços e a agricultura e pescas (35%, em ambos os casos).

3.2.4 Financiamento por dívida comercial

Em 2018, o financiamento por créditos comerciais representava 12% do passivo das empresas da Região Autónoma da Madeira, percentagem inferior à observada no total das empresas (17%). O peso deste tipo de financiamento no passivo das empresas da região aumentou marginalmente entre 2014 e 2018.

O prazo médio de pagamentos das empresas desta região foi de 72 dias em 2018, em termos agregados, valor superior ao observado no total das empresas (63 dias) (Gráfico I.3.15). O prazo médio de recebimentos situou-se em 64 dias, igualmente acima do registado no total das empresas (56 dias).

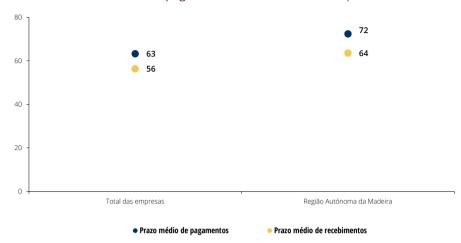


Gráfico I.3.15 • Prazos médios de pagamentos e de recebimentos | Em dias (2018)

O prazo médio de recebimentos das empresas diminuiu 29 dias, entre 2014 e 2018, decréscimo superior ao verificado no total das empresas (9 dias). Pelo contrário, o prazo médio de pagamentos aumentou 5 dias, por comparação com uma descida de 7 dias registada no total das empresas.

O indicador líquido de financiamento por dívida comercial²⁶, que relaciona os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios, ajuda a compreender a forma como as empresas utilizam este meio de financiamento.

Em 2018, o financiamento líquido por dívida comercial das empresas da região foi negativo, equivalente a 4% do volume de negócios (-2%, no total das empresas). Esta situação verificou-se, de forma estrutural, durante todo o período analisado (Gráfico I.3.16), indiciando que, em termos líquidos, os créditos comerciais nunca constituíram uma fonte de financiamento das empresas da região, mas antes uma aplicação destas no financiamento dos seus clientes. No período 2014-2018, a região apresentou um financiamento líquido por dívida comercial consistentemente mais negativo do que o observado para o total das empresas, ainda que este indicador tenha registado uma tendência de crescimento ao longo desse período.

²⁶ O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos). Um valor positivo implica que a empresa dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, que a empresa está a obter financiamento através dos seus fornecedores. Um valor negativo deste indicador aponta a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, indicando que, globalmente, a empresa está a financiar os seus clientes.

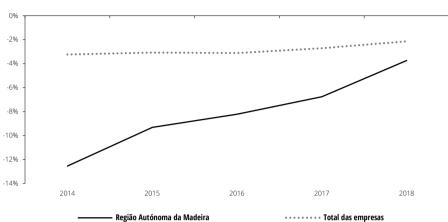


Gráfico I.3.16 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios

O indicador líquido de financiamento por dívida comercial foi negativo, independentemente do agregado considerado tendo em conta a segmentação por classes de dimensão. Esta situação foi observada desde 2016 no conjunto das microempresas da região e de forma transversal a todo o período analisado nas pequenas e médias empresas e nas grandes empresas. Esta última classe de dimensão registava os valores mais negativos.

Por setores de atividade económica, apenas a agricultura e pescas e o comércio registaram, em 2018, financiamentos líquidos por dívida comercial positivos (marginalmente). Este indicador era especialmente negativo nos setores da eletricidade e água e da construção, equivalendo a um quarto do volume de negócios destes agregados.

Tendo em conta que os indicadores relativos à Região Autónoma da Madeira incorporam dados relativos a um conjunto de empresas com sede no Centro Internacional de Negócios da Madeira, apresentamos na Caixa 4, "A Zona Franca da Madeira no contexto da Região Autónoma da Madeira", uma análise do impacto desta realidade sobre os indicadores agregados das empresas da região como um todo. Em 2018, as empresas sediadas na Zona Franca da Madeira representavam 7% das empresas com sede na região e eram responsáveis por 10% das pessoas ao serviço e por 33% do volume de negócios. A expressividade das empresas sediadas na Zona Franca da Madeira atendendo, em particular, à sua rendibilidade operacional, ao volume de negócios e ao volume de exportações, justifica, em grande medida, a volatilidade registada pelas empresas da Região Autónoma da Madeira como um todo.

Caixa 4 • A Zona Franca da Madeira no contexto da Região Autónoma da Madeira

O Centro Internacional de Negócios da Madeira, conhecido como Zona Franca da Madeira (ZFM), foi criado nos anos 80 com o intuito de promover o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira. Com base num conjunto diverso de incentivos, eminentemente fiscais, pretendia-se com a definição deste regime atrair investimento externo para a região, com vista à modernização, diversificação e internacionalização da economia regional, à semelhança do que foi implementado noutros territórios europeus com condições geográficas e caraterísticas económicas estruturais similares às desta região.

O regime subjacente à definição do Centro Internacional de Negócios da Madeira foi negociado com a União Europeia (à data, Comunidade Económica Europeia) desde o momento da adesão de Portugal, em 1986, e foi aprovado no âmbito das ajudas de Estado de finalidade regional e das disposições relativas às Regiões Ultraperiféricas constantes dos Tratados. Com algumas alterações nas últimas décadas, o regime definido mais recentemente, acordado com a Comissão Europeia, vigorou para todas as entidades instaladas entre 2015 e 2020, com produção de efeitos até 2027, de acordo com o Artigo 36.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Apesar de terem sido inicialmente previstas quatro áreas de investimento distintas – Zona Franca Industrial, Serviços Internacionais, Registo Internacional de Navios e Serviços Financeiros –, o regime atual incide apenas sobre as três primeiras. Esta última área foi descontinuada a partir de 2011.

Entre as atividades associadas à ZFM incluem-se, atualmente, atividades ligadas ao comércio internacional, à consultoria, ao *marketing*, ao comércio eletrónico e às telecomunicações, à gestão de participações sociais, à gestão de propriedade intelectual, às atividades de produção, montagem e armazenagem, assim como o registo de navios e iates e o desenvolvimento de atividades de afretamento e transporte marítimo²⁷.

Avalia-se, nesta Caixa, o peso das entidades com sede na ZFM tendo em conta os indicadores abordados no presente estudo sobre as empresas da Região Autónoma da Madeira como um todo.

Em 2018, as empresas com sede na ZFM representavam 7% das empresas com sede na região, e eram responsáveis por 10% das pessoas ao serviço e por 33% do volume de negócios (Gráfico C4.1). Entre 2014 e 2018, não obstante o aumento do peso destas empresas quanto ao seu número (2 pp) e quanto à parcela de pessoas ao serviço (4 pp), a expressividade das empresas sediadas na ZFM diminuiu 12 pp no tecido empresarial regional, atendendo ao volume de negócios gerado.

A relevância da ZFM destacava-se ao nível das exportações e das compras e dos FSE junto do exterior. Em 2018, 82% do volume de exportações das empresas com sede na Região Autónoma da Madeira estava associado a empresas sediadas na ZFM, as quais eram igualmente responsáveis por 88% da componente importada de compras e FSE (Gráfico C4.2). Entre 2014 e 2018, estes pesos, no entanto, diminuíram 9 pp e 7 pp, respetivamente. As empresas exportadoras com sede na ZFM estavam eminentemente associadas ao comércio e aos outros serviços, contrastando com o verificado quando consideradas apenas as demais empresas exportadoras da região, nas quais a indústria assumia maior relevância.

Os elementos de contextualização relativamente à atividade do Centro Internacional de Negócios da Madeira apresentados nesta Caixa foram adaptados da informação disponibilizada no respetivo sítio institucional, em www.ibc-madeira.com, refletindo a informação providenciada pela S.D.M. – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A., entidade responsável, desde 1987, em articulação com o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, pela emissão de licenças para operação no âmbito do Centro Internacional de Negócios da Madeira e pela cobrança das respetivas taxas.

Gráfico C4.1 • Peso das empresas da Zona Franca da Madeira no total da Região Autónoma da Madeira

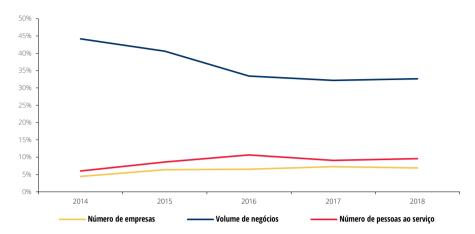
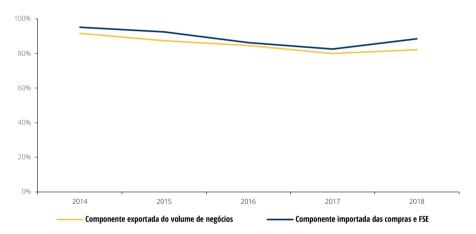
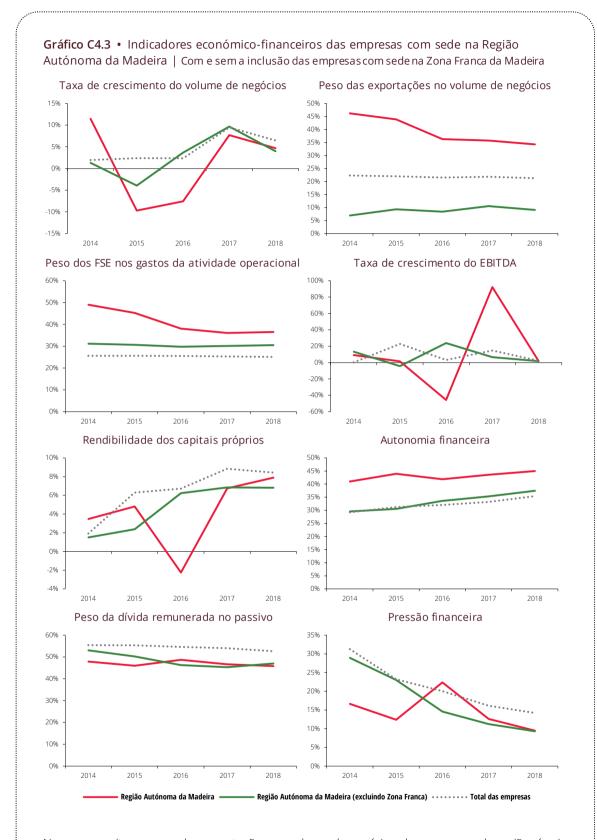


Gráfico C4.2 • Peso das empresas da Zona Franca da Madeira no total da Região Autónoma da Madeira | Componente exportada do volume de negócios e componente importada das compras e FSE



A importância da ZFM pode igualmente ser aferida quanto ao impacto em alguns dos indicadores analisados neste estudo. O Gráfico C4.3 apresenta a evolução de diversas variáveis das empresas da Região Autónoma da Madeira, considerando e excluindo as empresas da ZFM, e compara-as com o conjunto de todas as empresas.

Ainda que, em 2018, não haja uma grande diferença na taxa de crescimento do volume de negócios das empresas da Região Autónoma da Madeira, com e sem as empresas da ZFM (diferença de 0,7 pp), é de assinalar a maior volatilidade do volume de negócios das empresas da região entre 2014 e 2016, a qual resultou essencialmente da inclusão das empresas sediadas na ZFM.



No que respeita ao peso das exportações no volume de negócios das empresas da região, é evidente o efeito das empresas com sede na ZFM. Em 2018, este indicador situava-se nos 34% na

região como um todo (21% para o total das empresas), mas situar-se-ia em 9% se não fosse considerado o efeito das empresas com sede na ZFM. O impacto das empresas da ZFM foi transversal ao período 2014-2018, embora ligeiramente atenuado ao longo deste período.

A situação era similar quando considerada a estrutura de gastos operacionais de ambos os conjuntos de empresas, já que a maior relevância dos FSE, a qual se destaca quando analisada a situação das empresas da Região Autónoma da Madeira como um todo (37%, valor acima dos 25% registados no total das empresas), era menos evidente quando as empresas com sede na ZFM eram desconsideradas. Nesse caso, o peso dos FSE no total dos gastos da atividade operacional das restantes empresas da região situar-se-ia em 30%, valor abaixo do anteriormente destacado ainda que superior ao registado para o total das empresas. Esta situação verificou-se em todo o período 2014-2018.

A taxa de crescimento do EBITDA, assim como a rendibilidade dos capitais próprios das empresas da região eram igualmente condicionadas pelo comportamento das empresas sediadas na ZFM, designadamente ao registarem oscilações bastante mais voláteis no período analisado. A taxa de crescimento das restantes empresas situou-se abaixo da registada pelo total das empresas nos dois últimos anos. Ao incluir as empresas sediadas na ZFM verificou-se um crescimento acentuado deste resultado em 2017, depois de uma queda abrupta em 2016, em contraponto com o aumento registado nas demais empresas da região. Estas oscilações refletiram-se igualmente no indicador de rendibilidade dos capitais próprios, que registou crescimentos contínuos e consecutivos até 2017 para as empresas da região que não tinham sede na ZFM, seguido de uma invariância, em 2018, do nível registado no ano anterior. Pelo contrário, tendo em conta o efeito das empresas com sede na ZFM, a rendibilidade dos capitais próprios das empresas teria exibido uma maior volatilidade no período analisado ainda que, em geral, se tenha situado igualmente abaixo (como se verifica também quando excluídas estas entidades) da rendibilidade agregada verificada para o total das empresas nacionais.

Atendendo à totalidade das empresas da Região Autónoma da Madeira, a maior volatilidade desta rendibilidade estará essencialmente associada aos resultados das empresas com sede na ZFM, já que a autonomia financeira na região registou, no período analisado, uma evolução crescente e pouco volátil. É de notar, no entanto, a maior capitalização das empresas da ZFM, a qual determina níveis mais elevados de autonomia financeira para a totalidade das empresas da região. Em 2018, a autonomia financeira das empresas da Região Autónoma da Madeira como um todo situou-se nos 45%, valor superior aos 35% registados no total das empresas. No entanto, se não fossem consideradas as empresas com sede na ZFM, este indicador situar-se-ia, no mesmo ano, em 37%, valor 2 pp acima do registado no total das empresas.

Outro dos aspetos muitas vezes considerado distintivo das empresas com sede em zonas fiscalmente mais atrativas (como sejam off-shores ou zonas francas) prende-se com a estrutura de financiamento das respetivas empresas. No entanto, no caso específico da ZFM, apesar da diferente composição dos financiamentos obtidos das respetivas empresas, com uma maior parcela do passivo associada a financiamentos de empresas do grupo e uma menor parcela a empréstimos bancários, não é clara a distinção no peso assumido pela dívida remunerada, como um todo, no respetivo passivo. Em 2018, a dívida remunerada correspondia a 46% do passivo das empresas da Região Autónoma da Madeira, percentagem abaixo dos 47% registados quando desconsiderado o efeito das empresas com sede na ZFM (53% se considerada a totalidade das empresas do território nacional). Todavia, seja pela diferente rendibilidade operacional (EBITDA) dos conjuntos de empresas considerados, seja pela maior volatilidade associada aos gastos de financiamento na região como um todo (considerando o efeito das empresas da ZFM), a pressão financeira tem registado evoluções distintas. A pressão financeira das empresas da Região Autónoma da Madeira tem registado uma tendência de descida, interrompida em 2015, o que levou a que este indicador tenha diminuído 7 pp entre 2014 e 2018 (17 pp no total das empresas). Excluindo as empresas com sede na ZFM, esta redução ter-se-ia situado em 20 pp, no mesmo período. Contudo, em 2018, a pressão financeira associada a ambos os conjuntos de empresas situou-se nos 9%.

Assim, a expressividade das empresas com sede na ZFM atendendo, em particular, à rendibilidade operacional, ao volume de negócios e volume de exportações, e a volatilidade associada aos dados destas empresas, justificam em grande medida a volatilidade registada por alguns dos resultados associados às empresas da Região Autónoma da Madeira como um todo. A leitura destes dados é importante para percecionar, de forma mais qualificada, a real situação das empresas desta região.





II Anexo

1 Síntese metodológica

1 Síntese metodológica

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Decomposição do diferencial das empresas da região face ao total das empresas: O diferencial entre os valores agregados para o rácio da região analisada e o do total das empresas é decomposto no efeito de composição, isto é, decorrente da estrutura setorial da região, e no efeito intrínseco, isto é, associado às caraterísticas das empresas da região. A metodologia de decomposição do diferencial adotada neste estudo segue a apresentada em Banco Central Europeu (2017).

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caraterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde à posição dos 50% da amostra ordenada, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartis (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 36 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, fevereiro de 2019.

Dívida remunerada: A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

EBITDA: Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

Empréstimos vencidos: Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de empréstimos podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de empréstimos registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, considerando que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa dos empréstimos permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por empréstimos abatidos ao ativo.

Gastos da atividade operacional: O agregado "gastos da atividade operacional" compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Gastos de financiamento: O agregado "gastos de financiamento" compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Índice de Theil (normalizado): Indicador sintético de especialização setorial de um agregado territorial ou região. O índice de Theil para cada região (T_r) é dado por $-\sum_{j=1}^J \left[\frac{x_{rj}}{x_r} * \ln\left(\frac{x_{rj}}{x_r}\right)\right]$, sendo X_{rj} o volume de negócios da atividade j na região r e X_r o volume de negócios total das atividades consideradas na mesma região. Varia entre 0, refletindo situações de máxima especialização, e $\ln j$, em situações de diversificação total. Ao ser efetuada a normalização deste indicador (considerando que o índice de Theil normalizado T'_r é dado por $\frac{\ln J - T_r}{\ln J}$), a leitura do indicador inverte-se, passando este a variar entre 0 e 1 em situações de máxima diversificação e de máxima especialização, respetivamente.

Localização geográfica: A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

Margem líquida: Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

Margem operacional: Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

Maturidade: A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 6 a 10 anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

Número de pessoas ao serviço: Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

NUTS: A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS – 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão n.º 868/2014, de 8 de agosto de 2014, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países.

Outros passivos: A classe "outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

Pressão financeira: Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

Rácio de empréstimos vencidos: Rácio entre o montante de empréstimos vencidos e o total de empréstimos obtidos.

Região Autónoma da Madeira: Região definida de acordo com as NUTS II que contempla as ilhas do arquipélago da Madeira.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

Rendimentos: Corresponde ao "total de rendimentos líquidos", obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

Setor de atividade económica: Foram excluídas desta análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – Atividades Financeiras e de Seguros, O – Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio e U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, bem como na Subclasse 70100 – Atividades das sedes sociais da CAE-Rev.3.

Análise das empresas da Região Autónoma da Madeira

Sistema bancário residente: Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Volume de negócios: Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

Siglas e acrónimos

CAE Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

CMVMC Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

EBITDA Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, Earnings

Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)

ENI Empresários em nome individual

FSE Fornecimentos e serviços externos

IES Informação Empresarial Simplificada

INE Instituto Nacional de Estatística

ITENF Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras

NUTS Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

pp Pontos percentuais

RLP Resultado líquido do período

SEC 2010 Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º

549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao

Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)

SNF Sociedades não financeiras

ZFM Zona Franca da Madeira

Referências

Banco Central Europeu (2017), "Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups", *Statistics Paper Series*, n.º 21, maio de 2017.

https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpsps/ecb.sps.21.en.pdf?7987429d9f97a422b02d19666f69ef7c

Banco de Portugal (2008), "Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf

Banco de Portugal (2013), "Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf

Banco de Portugal (2015), "Central de Responsabilidades de Crédito", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

 $https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf$

Banco de Portugal (2015), Boletim Económico, maio de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf

Banco de Portugal (2018), "Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016", Estudos da Central de Balanços, n.º 31, abril de 2018.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_31_2018.pdf

Banco de Portugal (2019), "Quadros do setor e quadros da empresa e do setor", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 36, fevereiro de 2019.

 $https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html$

Banco de Portugal (2019), "Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018", Estudos da Central de Balanços, n.º 40, dezembro de 2019.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_40_2019.pdf

Brandão, Elísio (2003), Finanças, Porto Editora, setembro 2003.

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Ross, Stephen A.; Westerfield, Randolph W.; Jaffe, Jeffrey F. (2010), *Corporate Finance*, ninth edition, McGraw-Hill / Irwin.

Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019
- 39 | Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017, julho 2019
- 40 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018, dezembro 2019
- 41 | Análise das empresas da Região Centro, janeiro 2020
- 42 | Análise das empresas privadas da educação, março 2020
- 43 | Análise das empresas da Área Metropolitana de Lisboa, abril 2020
- 44 | Análise das empresas da Região Autónoma dos Açores, agosto 2020
- 45 | Análise das empresas da Região Autónoma da Madeira, agosto 2020